

**A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de  
progressão da influenza (1918-1919)**

Matheus Honorato da Silva Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** no presente artigo, pretende-se examinar a progressão da gripe espanhola na cidade de Aracaju entre os meses de outubro de 1918 e janeiro de 1919, recorte temporal delimitado com base no período da crise epidêmica ocasionada pela propagação da influenza na cidade. Objetiva-se delinear os impactos da epidemia na sociedade aracajuana e a postura do poder público diante do surto, considerando-se as condições sanitárias da cidade, o aparelhamento dos órgãos de saúde e os recursos então disponíveis para o combate ao morbo. A pesquisa se norteará pela análise de jornais como fontes primárias, além de se fundamentar em um quadro teórico pautado em estudos sobre a influenza e outras moléstias que grassaram em diferentes épocas no Brasil, bem como em discussões acerca da construção do imaginário social em torno da proliferação de enfermidades contagiosas, com enfoque para os temas da morte e do medo.

**Palavras-chaves:** Aracaju; epidemia; gripe espanhola; influenza; sociedade.

**The Spanish flu in Aracaju: society, press and public authorities in the context of  
influenza progression (1918-1919)**

**Abstract:** in this article, we intend to examine the progression of the Spanish flu in the city of Aracaju between October 1918 and January 1919, a time frame delimited based on the period of the epidemic crisis caused by the spread of influenza in the city. The objective is to outline the impacts of the epidemic on the society of Aracaju and the attitude of the public authorities in the face of the outbreak, considering the sanitary conditions of the city, the equipment of the health agencies and the resources available to combat the disease. The research will be guided by the analysis of newspapers as primary sources, in addition to being based on a theoretical framework based on studies on influenza and other diseases that have raged at different times in Brazil, as well as on discussions about the construction of the social imaginary around the proliferation of contagious diseases, with a focus on the themes of death and fear.

**Keywords:** Aracaju; epidemic; influenza; society; Spanish flu.

### **Considerações preliminares**

Aos vinte dias do mês de outubro de 1918 a “grippe hespanhola” desembarcou no estado de Sergipe. Naquela data, aproximou-se da costa sergipana o Vapor Itapacy, que chegava da Bahia trazendo seis indivíduos contaminados pela influenza. Ainda durante a travessia, o cozinheiro de bordo, acometido por tal enfermidade, faleceu na embarcação, o que levou os demais tripulantes a recorrer à adoção das medidas julgadas apropriadas para os casos dessa natureza: proceder com as formalidades necessárias e, em seguida, atirar o cadáver ao mar. Buscava-se, assim, evitar o agravamento de uma situação já alarmante. O Vapor Itapacy foi interditado, descarregado e desinfetado antes mesmo de atracar no porto, e os enfermos foram conduzidos ao lazareto público de Aracaju, sendo logo submetidos a uma quarentena. A gripe espanhola, todavia, não se restringiria aos contagiados daquele navio. Em questão de dias, a propagação desenfreada da doença afetaria praticamente todos os municípios sergipanos.

Quando os primeiros casos da influenza foram notificados no estado, a doença já grassava em diversas cidades brasileiras, vitimando cada vez maior número de infectados, e descortinando a ineficiência dos órgãos públicos no contexto da evolução epidêmica no país, além de revelar o despreparo das autoridades governamentais para o enfrentamento de crises sanitárias. Nessa perspectiva, enquanto a imprensa local da capital aracajuana destacava os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a gradativa estruturação da gestão estadual do Dr. José Joaquim Pereira Lobo, que se principiara em 24 de outubro, a seção reservada para os expedientes diários da Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública do Estado informava os leitores a respeito da célere progressão do morbo. Entre ofícios e telegramas expedidos e recebidos por esse órgão, delineava-se, de um lado, uma série de ações profiláticas promovidas pelo governo, e de outro, a carência de profissionais e de estoque de medicamentos, bem como a precariedade da assistência aos gripados na capital e no interior.

Os periódicos veiculados em Aracaju exerciam, desse modo, um papel elementar no que tange à divulgação da referida crise, por vezes apropriando-se de abordagens distintas entre si; ora enfatizando-se a imprescindibilidade das medidas preventivas, como o recolhimento domiciliar e o fechamento temporário dos estabelecimentos, ora insinuando-se a subestimação da gravidade da epidemia, sugerindo-se, por exemplo, que o temor elevava a predisposição do organismo para contrair a doença, não havendo, portanto, motivo algum para preocupação.

Durante a revisão bibliográfica, não foram encontrados trabalhos de historiografia com enfoque específico na análise do comportamento da sociedade de Aracaju perante a epidemia de gripe espanhola, considerando o recorte temporal balizado entre as primeiras notificações da moléstia, em outubro de 1918, até o arrefecimento do surto, já no princípio de 1919. Isto posto, objetivamos preencher a referida lacuna, elucidando alguns dos aspectos que caracterizaram a postura social aracajuana em meio aos desdobramentos dessa crise sanitária. Intencionamos, nesse ínterim, examinar o teor dos discursos presentes nos jornais veiculados na cidade naquela época, a fim de viabilizar a compreensão dos posicionamentos adotados pela imprensa local diante da progressão da doença na capital, uma vez que os periódicos noticiavam com relativa frequência as ações dos órgãos públicos no que concerne ao combate à epidemia.

A pesquisa se respaldará no exame das fontes primárias, isto é, as matérias de jornais sergipanos que apresentam informações pertinentes acerca da epidemia na cidade, sendo que a investigação aqui proposta se norteará por discussões teórico-metodológicas apresentadas por autores como Lilia Moritz Schwarcz; Heloisa Murgel Starling (2020); Claudio Bertolli Filho (2003); Antônio Samarone de Santana (2001); Sidney Chalhoub (1996); Antonio Lindvaldo Sousa (2011); Nicolau Sevcenko (1998); Philippe Ariès (1989) e Jean Delumeau (2009). Salientamos, contudo, que as possibilidades de abordagem da referida problemática decerto não

se esgotarão no presente artigo, uma vez que as pesquisas históricas futuramente elaboradas haverão de contribuir para a ampliação das análises acadêmicas atinentes à evolução da influenza espanhola em Sergipe e à interferência por ela exercida sobre o âmbito da vida social.

### **Doenças pestilenciais como problemas de saúde pública em Sergipe**

“O vento da desgraça sopra impetuoso e sinistro por sobre Sergipe”.<sup>II</sup> As palavras que introduziam uma matéria do jornal independente *O Imparcial* evocavam a magnitude alarmante que a epidemia de influenza alcançara no estado, poucos dias após a primeira notificação oficial de casos da moléstia em solo sergipano. O desembarque dos seis enfermos que tripulavam o Vapor Itapacy, em outubro de 1918, representou a largada para a propagação descomedida do “mal espanhol”, inicialmente pela capital, mas não tardando a se espriar por vilas e municípios do interior. A gripe espanhola, porém, não foi a única epidemia que grassou em Sergipe, haja vista que outras doenças, usualmente alcunhadas de “pestes”, ocasionaram crises sanitárias semelhantes no passado, revelando um quadro recorrente de fragilidades, por parte do poder público, no que concerne ao combate às chamadas “doenças pestilenciais”, dentre as quais destacamos a varíola, malária, febre tifoide, febre amarela, o sarampo e, sobretudo, a cólera.

No que tange à postura geral do poder público brasileiro no princípio da República, Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling ressaltam a inexistência de uma agenda de ações consistentes do regime republicano voltadas para a promoção da assistência médica da população pobre e indigente, seja nas áreas urbanas ou rurais; enquanto o Governo Federal recorria a providências emergenciais em circunstâncias de surtos epidêmicos, as unidades federativas se encarregavam de empregar medidas específicas para empreender tentativas de mitigar os seus efeitos.<sup>III</sup>

Sobre a postura adotada por órgãos governamentais em conjunturas de enfrentamento a surtos epidêmicos, Sidney Chalhoub sinaliza que a salubridade pública acabou sendo colocada em evidência após a ocorrência de algumas epidemias críticas, como a de febre amarela, em 1850, e a de cólera, em 1855. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, que constitui o recorte geográfico deste autor, as intervenções que seriam promovidas no campo da higiene se apresentariam de maneira mais contundente em consequência da preocupação com a insalubridade das habitações coletivas, chamadas de “cortiços”, espaços estes onde prevalecia a população desvalida, que representava um risco para a construção do ideal civilizatório.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. (...) houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.<sup>IV</sup>

Nessa perspectiva, cumpre ressaltar que, no decurso do século XIX, os sanitaristas se orientavam pela premissa de que a higiene pública, na condição de ideologia, consistia em um elemento definidor do grau de civilização; mas a difusão dessa ideia encontraria obstáculos nos mecanismos institucionais improficuos da monarquia.<sup>V</sup> Chalhoub aponta, ademais, que já era de longa data a desconfiança manifestada pelas pessoas em relação à atuação das autoridades sanitárias, as quais, em geral amparadas em um aparato de policiamento, promoviam constantes ações de desinfecção, despejo e demolição, não somente em cortiços, mas em outros tipos de residências de pobres. A resistência popular corroborava, nesse ínterim, para acalorar os debates relacionados com a eficácia dos serviços de vacinação, discussões tais que até mesmo entre médicos jamais logrou consenso.<sup>VI</sup> De acordo com o historiador, havia na comunidade médica,

inclusive, quem sustentasse a tese de que as vacinas causavam a degenerescência física e moral da espécie humana, já que o método de imunização então adotado para a varíola, por exemplo – a inoculação braço a braço –, gerava o temor de transmissão da sífilis e outras doenças.<sup>VII</sup>

Sob a ótica da execução das reformas urbanas em prol da consolidação de um projeto modernizador no Rio de Janeiro no início do século XX, Nicolau Sevckenko descreve as medidas colocadas em prática, por parte do município, com vistas a contornar os empecilhos que se interpunham frente ao ideal de progresso. No que compete ao Rio, explica Sevckenko que a gestão do presidente Rodrigues Alves designou uma equipe de técnicos para solucionar tais problemas: “(...) o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto, o médico sanitarista Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o barão de Haussman, para a reurbanização”.<sup>VIII</sup> Se por um lado a imprensa denominaria o conjunto de reformas de “regeneração”, a alcunha popular que de fato vingou foi “bota-abaixo”, nomenclatura que evocava a arbitrariedade das ações modernizadoras, as quais culminariam na eclosão da Revolta da Vacina, em 1904.

Não nos estenderemos nas minudências do projeto de modernização do Rio de Janeiro; basta que estabeleçamos uma correlação entre o que lá sucedeu e o que em Aracaju se perpetrou no quesito das providências governamentais de ordem sanitária. Como comprovaremos adiante, assim como no Rio, e também em outras cidades do Brasil, a população pobre de Aracaju seria semelhantemente afetada pela histórica negligência do poder público.

Na perspectiva da saúde pública da então província de Sergipe ao longo do século XIX, esclarece Antônio Samarone Santana que os governantes se limitavam a prestar socorro às vítimas de epidemias, uma vez que os sergipanos ainda careciam de uma estrutura sanitária consolidada. Salienta-se que os hospitais de caridade funcionavam precariamente e, ademais, que os códigos municipais de postura, preceituados pelas primeiras legislações sanitárias da província, não impediam a ocorrência frequente das epidemias, cujos impactos incidiam de maneira mais pungente sobre os pobres e os indigentes.<sup>IX</sup> Em vista disso, fazia-se comum a instalação dos chamados lazaretos, que consistiam em casas comuns, alugadas ou cedidas, que abrigavam os desafortunados, quando estes adoeciam. Em 1918, os lazaretos continuariam sendo adotados com igual propósito.

Como explica Amâncio Cardoso, no século XIX foi instituída no Brasil, inclusive em Sergipe, a medicina social de caráter francesa, que promovia intervenções no ambiente urbano com a finalidade de combater os possíveis focos de infecção miasmática. Segundo o autor, essa vertente médica se consolidou gradualmente em concomitância com a constituição do Estado nacional, alinhando-se a uma incipiente urbanização que, por seu turno, visava o combate às grandes epidemias.<sup>X</sup> Acerca desse viés da medicina, o historiador João José Reis atesta que se tratava de uma herança do pensamento ilustrado da Revolução Francesa, e que visava intervir de uma forma abrangente nas aglomerações urbanas, a fim de prevenir os comportamentos tidos como insalubres. Conforme a concepção médica vigente, não se podia alcançar a civilidade sem a higienização. Em vista disso, uma série de medidas de ordem sanitária seriam tomadas ao longo daquele século, em particular no tocante à medicalização das práticas fúnebres.<sup>XI</sup>

Quanto a esse aspecto, permitamo-nos uma breve digressão para registrar algumas mudanças importantes nas posturas sanitárias no decorrer dos Oitocentos. Reis explica que a teoria miasmática – segundo a qual a decomposição da matéria orgânica no solo infectava a atmosfera, ocasionando a formação de gases e vapores pútridos –, contrapunha-se à tese da infecção microbiana, uma vez que a proliferação dos *miasmas*, conforme se acreditava à época, não dependia da ação dos micro-organismos. Vale lembrar, entretanto, que a medicina ainda desconhecia a existência desses agentes biológicos, o que contribuía para acentuar a incerteza

acerca da origem e da composição dos eflúvios miasmáticos, também conhecidos por outras alcunhas, como *emanações mefíticas*, *humores fétidos*, entre outras.<sup>XII</sup>

Fato é que, com base na teoria dos miasmas, a medicina brasileira promoveria um movimento de civilização dos costumes, que implicaria em uma verdadeira revolução cultural na perspectiva do combate aos surtos epidêmicos. De acordo com Reis, a mudança de postura interferiria sintomaticamente nos ritos funerários até então orientados pelos preceitos religiosos instituídos pela Igreja Católica. Dessa forma, o catolicismo barroco, que se caracterizava por manifestações de fé elaboradas e repletas de alegorias, e cujos funerais se revestiam de uma ampla mobilização ritualística, passaria a ceder lugar a um novo comportamento dos vivos perante os mortos. Nesse sentido, uma das principais medidas a serem adotadas consistia na extinção da prática de enterramentos no interior dos templos religiosos, passando-se a sepultar os defuntos em cemitérios extramuros, isto é, situados externamente aos centros urbanos, haja vista que a putrefação dos mortos representava um risco iminente à saúde dos vivos.<sup>XIII</sup>

O plano piloto da cidade de Aracaju, concebido pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, em 1855, evidenciaria a aplicação da proposta higienista a que acima nos referimos. A primeira necrópole da capital, o cemitério do Alto da Santa Cruz, outrora situado à rua São Cristóvão, entre as ruas Lagarto e Capela (no Centro da cidade), seria logo desativado, já que a sua localização não era compatível com a proposta sanitaria. Portanto, um novo campo santo seria edificado fora do perímetro do projeto de Pirro; em 27 de fevereiro de 1862, fundou-se o cemitério Santa Isabel, no bairro Santo Antônio, em conformidade com a concepção médica das inumações extramuros.<sup>XIV</sup> Este cemitério segue em funcionamento até os dias atuais.

A vigilância olfativa, mas também a vigilância auditiva, tornaram-se lemas da campanha médica pela reeducação dos sentidos, dos cheiros e sons, em particular. O cheiro alertava sobre a presença dos miasmas na atmosfera, perigo a ser evitado e combatido. O cheiro da morte devia ser excluído de entre os vivos. A morte asséptica, inodora, carecia também [de] ser silenciosa (...) os médicos se insurgiam contra os funerais ruidosos, especialmente contra o mais típico de seus sons: o dobre de sinos. (...) os médicos pregavam uma nova sensibilidade olfativa, ensinavam a vigiar o cheiro da morte, a temê-lo, evitá-lo e inclusive não disfarçá-lo, por exemplo, com o aroma de incensos.<sup>XV</sup>

Isto posto, retomemos a discussão previamente iniciada. Embora a epidemia de cólera de 1855 – considerada a maior tragédia sanitária da história de Sergipe, por ter causado a morte de 30 mil pessoas em uma população de cerca de 200 mil – tenha fomentado a criação de programas de saúde pública, as medidas articuladas não foram efetivadas, e a província, que mais tarde se tornaria estado, seguiria lidando erraticamente com as crises pestilenciais.<sup>XVI</sup>

De acordo com Santana, os avanços científicos do fim daquele século propiciaram uma revolução biológica no âmbito da medicina, mormente no que tange à descoberta da causa material das doenças infecciosas, assim como os seus meios de transmissão. Introduziu-se, pois, modelos sanitários que propunham uma maior eficácia para evitar a disseminação de enfermidades, sendo um exemplo de tais modelos o “sanitarismo campanhista”, que visava, *grosso modo*, deter a propagação de patologias contagiosas por intermédio de ações estratégicas primordialmente orientadas pela preocupação com a manutenção e continuidade das atividades econômicas. Sergipe, no entanto, adotaria essa prática tardiamente. No alvorecer do século XX, o aparato sanitário local conservava a estrutura que vigorara ao longo do Império, salvo pela implantação do “Serviço de Higiene do Município de Aracaju”, em 1899, e a transformação da “Inspetoria de Higiene” em “Diretoria de Higiene e Saúde Pública”, em 1915. Estas repartições, contudo, ao invés de representar a chegada de aprimoramentos promissores, comprovariam a incapacidade do poder público de debelar a espanhola com os recursos então investidos.<sup>XVII</sup>



A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

A insalubridade de Aracaju agudizava a situação de debilidade sanitária local. De acordo com Fernando Porto, a capital sergipana foi concebida em conformidade com as tendências urbanísticas que preconizavam a modernização e o aparelhamento das cidades, no que se incluía a iluminação das ruas, a implementação dos serviços de abastecimento de água e canalização do esgoto, além da expansão dos meios de transporte.<sup>XVIII</sup> Mas a realidade desmentiu a idealização, se levarmos em consideração que a ideia de progresso, que respaldara o projeto de urbanização de Aracaju, levaria ao menos cinco décadas para se concretizar. Elucida Santana que, a despeito de as iniciativas em prol do saneamento urbano remeterem à mesma época da fundação da nova capital, foi apenas em 1909 que o sistema de distribuição de água canalizada começou a funcionar. Já em 1914, implantou-se a rede de esgotamento.<sup>XIX</sup>

Ainda que relevantes fossem, tais medidas contemplavam uma parcela diminuta da população, e os mais carentes, que tanto sofreram com as epidemias que assolaram Sergipe em um passado não muito distante, permaneceriam em condição negligenciada em 1918.

Foi em meados daquele ano que a gripe espanhola começou a ser notificada em vários países, manifestando-se internacionalmente com cada vez maior amplitude. Acerca da origem da doença, Schwarcz; Starling assinalam que “os primeiros relatos, aqueles não censurados pelos governos dos países a que se referiam, eram perturbadores, e não se tinha certeza de onde vinha o inimigo invisível”.<sup>XX</sup> As autoras afirmam que as teorias que se propoem a encontrar uma explicação mais concreta sobre o nascedouro da espanhola seriam formuladas apenas ao longo dos séculos XX e XXI. Em vista disso, indica-se que as hipóteses usualmente difundidas atribuem à China ou aos Estados Unidos da América a proveniência geográfica da influenza, havendo, ainda, especulações científicas que se referem à França ou ao Vietnã como os possíveis locais de procedência da moléstia.

Segundo as historiadoras, embora a teoria mais apregoada atualmente seja a de que a peste teria surgido na base militar de Fort Riley, no estado do Kansas, nos Estados Unidos, foi no vilarejo de Haskell County que o vírus foi identificado. Dali, a enfermidade se propagou para o quartel de Camp Funston, espalhando o rastro do flagelo por outros acampamentos do Exército, gradativamente, até que 26 das 36 maiores bases militares estadunidenses fossem acometidas por surtos da influenza.<sup>XXI</sup>

Quanto à adjetivação da doença sob a alcunha de “espanhola”, argumenta Bertolli Filho que essa nomenclatura “(...) baseia-se nos pressupostos errôneos segundo os quais a pandemia ter-se-ia originado em território espanhol ou mesmo porque lá houvesse ocorrido um número de óbitos gripais superior ao de qualquer região do mundo”.<sup>XXII</sup> O que se sucedeu, entretanto, foi que a censura dos países envolvidos na guerra encobriu a divulgação da presença da gripe entre as suas tropas, preferindo-se deslocar a crise pandêmica para os territórios inimigos ou países considerados neutros no conflito, como a Espanha. Uma outra nomenclatura corrente nos periódicos de todo o país era “bailarina”, alusão figurativa à facilidade de contágio pela doença e à capacidade do vírus de sofrer mutações, como se “dançasse” no organismo do seu hospedeiro, a fim de a ele se adaptar, proliferando-se indefinidamente.<sup>XXIII</sup>

Demonstra-se que ao rol de incertezas que obnubilavam a evolução da influenza se somava o problema da subnotificação de registros de casos e mortes. Tratando-se da realidade da cidade de São Paulo, para citarmos um exemplo brasileiro, Bertolli Filho reproduz o balanço oficial do Serviço Sanitário da capital, cujos números indicaram 116.777 infecções gripais, ou 22,32% de toda a população paulistana. Adverte-se, contudo, que os dados se apresentavam claramente incongruentes, já que, além de haver médicos que notificavam tão somente a relação de gripados por eles assistidos, muitas das vítimas não possuíam condição de acessar os serviços de atendimento, ficando, pois, excluídas das estatísticas oficiais.<sup>XXIV</sup>

# A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

Em Aracaju, assim como em diversas outras capitais, os órgãos de saúde pública não dispunham de uma metodologia que possibilitasse às autoridades do poder público contornar a corriqueira subnotificação da influenza. Conforme explana Santana, diante de um relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo, houve contestações que partiram até mesmo do então Diretor de Higiene e Saúde Pública, o Dr. Erônides Ferreira de Carvalho, que salientou a inconsistência dos números divulgados, sob a alegação de que o quantitativo de 25.910 casos e 997 falecimentos computados entre sergipanos se restringia aos indivíduos que foram atendidos pelo socorro público estadual.<sup>XXV</sup>

Entre levantamentos efetuados por meio de métodos duvidosos e balanços oficiais igualmente inconfiáveis, fato é que a espanhola seria ainda mais letal que a Grande Guerra. Eis o comparativo delineado por Schwarcz; Starling:

Não se sabia ao certo (...) qual era o caminho da doença, nem sequer como se dava o contágio (...). Calcula-se que a pandemia tenha atingido, direta ou indiretamente, cerca de 50% da população mundial e levado à morte de 20 milhões a 50 milhões de pessoas, 8% ou 10% delas eram jovens. O total de vítimas era maior que o da Primeira Guerra – a qual (...) sacrificara de 20 a 30 milhões de pessoas, entre soldados e civis.<sup>XXVI</sup>

Retomando a problemática da falta de compromisso do poder público municipal com a estruturação do saneamento urbano de Aracaju em tempos de epidemia, Antonio Lindvaldo Sousa destaca que “não havia aplicação do dinheiro público em grandes campanhas de melhorias do saneamento e combate efetivo das epidemias. Os jornais publicavam o descaso do governo, escancarando o caos existente na capital sergipana”.<sup>XXVII</sup> Referindo-se à aprovação de um crédito extraordinário de 10 contos de réis, pela Assembleia Legislativa, para combater a moléstia, o *Diario da Manhã* de 12 de novembro de 1918 disparava: “uma ninharia!”.<sup>XXVIII</sup>

Ao ratificar a crítica, uma edição do mesmo jornal publicada logo no dia seguinte ressaltava: “(...) como ontem dissemos, os 10 contos votados pela Assembleia para todas as despesas com o combate à bailarina são uma ninharia (...) Cem contos nada valeriam, tal o fim que se tem em vista”.<sup>XXIX</sup> Enquanto isso, *O Imparcial* adotava um discurso mais moderado, informando, ainda naquele dia, que “o nobre Presidente do Estado, [o] senador Pereira Lobo, impressionado com a situação das classes pobres, vitimadas pela terrível influenza, solicitou ontem à Assembleia Legislativa a concessão dum crédito de cem contos de réis”.<sup>XXX</sup> Como se nota, a saúde dos aracajuanos não era prioritária, ainda que a capital vivenciasse circunstâncias excepcionais de proliferação de doenças potencialmente letais.

## A trajetória da influenza sob a ótica da imprensa de Aracaju

O cotidiano da capital sergipana não seria o mesmo a partir da primeira notificação de gripe espanhola, que, dois dias depois da chegada dos tripulantes infectados do Vapor Itapacy, já deixara diversas pessoas acamadas na cidade. Na iminência de uma crise sanitária, o *Diario da Manhã* já advertia: “verdade é que a ‘influenza’ está com cerimônia de fazer morada aqui. Façamos-lhe a vontade, fechando-lhe a porta”.<sup>XXXI</sup> A partir de então, a imprensa local passaria a divulgar regularmente a situação da enfermidade no município, comunicando à população sobre a progressão local da epidemia. Isto posto, desenvolveremos, destarte, uma análise atinente tanto ao comportamento social dos aracajuanos, quanto à postura do poder público diante da proliferação da influenza, desde o aparecimento da moléstia na capital até o momento em que se constataria uma redução significativa no índice de contágio. Para tanto, examinaremos as matérias de alguns dos jornais publicados na cidade na época da epidemia,

quais sejam o *Correio de Aracajú*, o *Diario da Manhã*, o *Estado de Sergipe* e *O Imparcial*, tendo este último principiado a sua circulação no ano em que a doença começou a grassar.

Convém aqui mencionarmos a existência de um fenômeno que orbitou em torno da progressão da epidemia. Referimo-nos à “ilusão democrática”, uma proposição inverossímil conforme a qual a influenza se propagava de forma igualitária entre os diversos segmentos da sociedade. Examinando os dados referentes à cidade de São Paulo, Bertolli Filho reúne dados estatísticos que refutam a tese da “democracia gripal”. De acordo com o autor, essa hipótese foi sustentada tanto no Brasil quanto em outros países atingidos pela moléstia, não raro evocando-se a figura de pessoas ilustres que a contraíram, a exemplo do presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, e o mandatário brasileiro reeleito Rodrigues Alves, que deveria ser empossado em 15 de novembro de 1918, mas não assumiu o cargo em virtude do seu estado de saúde.<sup>XXXII</sup> O político, que já possuía um histórico de afastamentos anteriores à epidemia, faleceria em meados de janeiro, abrindo margem para as mais variadas especulações sobre a causa da sua morte, embora não houvesse qualquer menção à espanhola no seu atestado de óbito.<sup>XXXIII</sup>

De todo modo, construía-se em volta da influenza o juízo de que todos poderiam ser acometidos pela enfermidade e padecer em decorrência dela de maneira homogênea. O que se constatava, entretanto, era que a moléstia tendia a se alastrar mais severamente em áreas onde havia predominância da população carente de recursos. Enfatizando a escassez de auxílio dos governos estadual e municipal, *O Imparcial* de 12 de novembro denunciava: “quem conhece os bairros pobres da capital onde vive a parte da população mais desfavorecida da fortuna, sabe que é desolador o aspecto que oferecem as habitações dessa gente em matéria de higiene”.<sup>XXXIV</sup> Isto posto, comprova-se que a noção de que existia “igualdade” em tempos de epidemia não passava de um discurso alternativo para disfarçar as deficiências sanitárias e a fragilidade da assistência médico-hospitalar prestada pelo poder público. Como atesta Bertolli Filho:

As enfermidades – epidêmicas ou não –, contudo, nada têm de “democrático”, termo frequentemente aplicado à gripe espanhola. Como em qualquer outra crise sanitária, as marcantes diferenças das condições materiais de vida próprias a cada grupo social determinaram desiguais oportunidades de viver e morrer (...).<sup>XXXV</sup>

Acerca da discussão respeitante ao ilusório caráter democrático das epidemias, Luiz Antonio Teixeira argumenta que as observações epidemiológicas das moléstias que grassaram no Brasil desde o final do século XIX comprovam que os seus efeitos se apresentaram de forma mais letal em organismos já debilitados por outras enfermidades crônicas ou por condições de vida precárias, por vezes sub-humanas.<sup>XXXVI</sup> Demonstra-se, portanto, que os surtos epidêmicos anteriores à gripe espanhola também não se propagaram homoganeamente, uma vez que os fatores sanitários e assistenciais representavam elementos determinantes no que se refere à amplitude da evolução das doenças, mormente em comunidades carentes de recursos.

Até mesmo na imprensa de Aracaju, evidenciava-se as distintas formas de tratamento dispensado aos anônimos e aos indivíduos amplamente conhecidos pela sociedade aracajuana. Enquanto as mortes de pobres e indigentes se incorporavam aos balanços sob a forma de números, os óbitos de pessoas renomadas eram tratados com maior importância. No *Correio de Aracajú* de 12 de novembro, a seção de necrologia manifestava pêsames à família do jovem Joaquim Machado de Aguiar Menezes, irmão do político e farmacêutico Serapião de Aguiar; o primeiro padecera com a influenza, o outro achava-se convalescente, “atacado pelo terrível mal”.<sup>XXXVII</sup> Já no dia 18, registrava-se n’*O Imparcial* o falecimento de Anna Ferraz, viúva do “saudoso sergipano” José Augusto César Ferraz e “extremosa progenitora dos nossos distintos amigos dr. Thales Ferraz e Lysippo Ferraz”. A nota afirmava que “ao seu enterramento (...) compareceu o que de mais seletos tem a sociedade sergipana, a cujo número pertencia a extinta”.



A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

A matéria finalizava assinalando que “a sua morte foi sentidíssima não só pelos seus desolados filhos e parentes, como por todos que tinham a dita [honra] de conhecê-la”.<sup>XXXVIII</sup>

Nos jornais de Aracaju, o estado de saúde do presidente reeleito Rodrigues Alves, que, como já dissemos, contraiu o morbo ainda em outubro, ganhou destaque recorrente. No *Estado de Sergipe* de 29 de outubro, noticiava-se: “Chega telegrama de que o dr. Rodrigues Alves foi também atacado de influenza”.<sup>XXXIX</sup> Daí em diante, os leitores sergipanos acompanhariam as intermitentes melhoras e agravamentos na saúde do político paulista no decurso dos dois meses transcorridos entre o contágio e o seu falecimento. Em 30 de outubro, o *Correio de Aracajú* aludia, às vésperas da data de posse, à expectativa dos brasileiros acerca da convalescença do mandatário reeleito: “o dr. Rodrigues Alves vai melhor; apesar disso, o espírito público está apreensivo”.<sup>XL</sup> Contrariando os prognósticos mais esperançosos, o *Diario da Manhã* de 17 de janeiro anunciava sem rodeios: “Rio, 16. Faleceu o dr. Rodrigues Alves”.<sup>XLI</sup>

O compasso rotineiro da vida social aracajuana foi profundamente perturbado pela espanhola. Como medida preventiva contra a proliferação da gripe, ainda em fins de outubro a Diretoria de Higiene e Saúde Pública “(...) solicitou do Governo [do estado] o fechamento urgente de todos os estabelecimentos de ensino público e particular da capital e lugares onde está grassando o morbo epidêmico”.<sup>XLII</sup> Para que se tenha uma ideia do impacto exercido pela epidemia no setor da indústria, cumpre ressaltar que as duas maiores fábricas de Aracaju cerraram as portas em razão do volume de operários acometidos pela peste. É o que informa uma matéria impressa no periódico *O Imparcial*, datado de 11 de novembro: “Assim as fábricas *Sergipe Industrial e Confiança*, tiveram que, por alguns dias, suspender o seu funcionamento, pois que na primeira são já 465 casos os que nela se registram e 232 na segunda”.<sup>XLIII</sup>

Ambas as fábricas retomariam o seu funcionamento em 26 de novembro, conforme noticiou o *Correio de Aracajú* do dia 27: “No bairro General Siqueira de Menezes [hoje bairro Industrial], onde funcionam as referidas fábricas, o estado sanitário é atualmente bem animador. (...) A vida pública volta ao normal”.<sup>XLIV</sup> Mas o *Diario da Manhã* lembrava: “o número de operários vindos ao trabalho é inferior à metade da lotação”.<sup>XLV</sup>

Chama a atenção, ademais, o fato de as atividades da própria imprensa também terem sido, a certa altura, afetadas diretamente pela epidemia da espanhola. Em 16 de novembro, o periódico *O Imparcial* comunicou aos leitores do *Correio de Aracajú* que “(...) amanhã não se publicará este nosso confrade, pois que estão doentes vários dos seus redatores e quase todo o seu pessoal tipográfico”.<sup>XLVI</sup> Uma semana mais tarde, em 23 de novembro, o *Diario da Manhã* relatava que “infelizmente a gripe que grassa tem concorrido para a suspensão de alguns órgãos de nossa imprensa, a ter começado por este *Diario* que deixou de ser publicado dois números (...)”. Prosseguindo com a informação de que a circulação de outros periódicos continuava suspensa, “(...) todos com o seu pessoal adoentado”, a matéria se encerrava exprimindo a expectativa de recuperação dos funcionários enfermos: “formulamos votos para que todos se restabeleçam e tornem à atividade costumeira”.<sup>XLVII</sup>

Ao cabo do referido lapso de publicação, o *Diario da Manhã* de 24 de novembro se comprometeu a pedir desculpas aos assinantes pelas possíveis falhas de distribuição do jornal, “(...) motivadas pelas dificuldades por que atravessamos”.<sup>XLVIII</sup> Igual atitude tomaram os redatores do *Correio de Aracajú*, que, no dia 26, esclareciam: “(...) pedimos desculpas pelas faltas que, a contragosto nosso, se têm verificado na publicação e distribuição desta folha”. A nota comunicava que a interrupção dos números do periódico decorrera da “epidemia reinante nesta cidade (...) que pôs de cama a quase totalidade dos nossos compositores”. Mesmo com a retomada das atividades, explicava-se: “e não é ainda sem grandes dificuldades que conseguimos reatar hoje a nossa publicação, interrompida durante a semana que findou”.<sup>XLIX</sup>

*O Imparcial* teria um hiato tardio em comparação com o dos outros jornais. A partir do dia 18 de novembro, a sua publicação foi suspensa, sendo o seu retorno anunciado na edição de 10 de dezembro do *Correio de Aracajú*: “Reaparecerá na quinta-feira [12], segundo estamos informados, o ilustre vespertino que foi suspenso temporariamente devido à influenza que atacou os seus empregados e redatores. Que seja bem-vindo o distinto colega”.<sup>L</sup>

Enquanto a medicina não chegava a uma conclusão sobre a verdadeira causa da gripe espanhola, uma profusão de remédios ineficientes acabou sendo indicada para o seu tratamento, ainda que inexistissem comprovações científicas sobre a relação entre essas substâncias e o combate à influenza. Para além do uso de remédios recomendados para outras enfermidades que pouco ou nada tinham a ver com a gripe, experimentava-se uma gama diversificada de chás, infusões, xaropes e beberagens, métodos por vezes aconselhados por médicos e farmacêuticos por intermédio dos jornais.<sup>LI</sup> Nesse cenário, o medicamento mais frequentemente indicado era o quinino, ou sulfato de quinina, que possuía propriedades analgésicas e antitérmicas, e servia para tratar a arritmia cardíaca e, sobretudo, a malária. Diante do uso indiscriminado do quinino na epidemia, os efeitos colaterais se tornaram largamente conhecidos pela sociedade: perda de audição, náusea e vômitos. Demonstrou-se que, para a malária, o quinino costumava funcionar; frente à influenza, em contrapartida, não produzia efeito nenhum.<sup>LII</sup>

Menções a essa substância podiam ser encontradas em periódicos sergipanos. Uma matéria do *Diário da Manhã* de 24 de outubro reproduzia uma entrevista com o dr. Décio Parreira, concedida no Rio de Janeiro, na qual o médico, referindo-se ao quinino, afirmava com convicção: “para quem tratar de doentes desse mal ou mesmo quem esteja numa região em que ele grasse epidemicamente, penso que é bem indicado esse tratamento preventivo, e na minha clínica pelo menos eu o prescreverei”.<sup>LIII</sup> Já no *Estado de Sergipe* do dia 29 daquele mês apresentava-se uma fórmula preventiva que estaria sendo adotada na Capital Federal: “Sulfato ou cloridrato de quinina 0,25, três a cinco vezes ao dia, praticando-se gargarejos com solução de água oxigenada e álcool de noventa graus (...)”.<sup>LIV</sup> Prosseguia-se recomendando a assepsia das fossas nasais, além do uso de outras substâncias complementares para inalação.

Não se conhecendo métodos específicos para o tratamento da moléstia, e não havendo tampouco uma vacina, restava aos farmacêuticos recorrer à divulgação de medicamentos supostamente capazes de atenuar os sintomas advindos da doença. A Farmácia Lealdade, de Aracaju, por exemplo, divulgou, no *Diário da Manhã* de 21 de novembro, o xarope calmante Creosotado, uma droga que prometia “combater a tosse da influenza espanhola”.<sup>LV</sup>

Por conta da elevada demanda, remédios e alimentos passaram a ser comercializados com preços acima do comum, e muitos produtos chegaram a se esvaír das prateleiras. Na edição já mencionada d’*O Imparcial* publicada a 12 de novembro, uma matéria destacava a “situação escandalosa” de encarecimento do valor do leite e da carne, apregoando que “é abuso, é exorbitância, no atual momento! As autoridades têm o direito e o dever restrito de proibir tamanha desumanidade”.<sup>LVI</sup> Como se não bastasse o aumento dos preços, havia ainda denúncias de que determinados medicamentos estavam sendo adulterados. É ainda na mesma edição onde encontramos uma referência ao “fato criminoso e desumano” de que “por espírito de ganância” havia quem estivesse “ludibriando o público, vendendo, por cápsulas de quinino, simples partículas de farinha de trigo”. E completava-se: “A vida inteira duma população não pode estar à mercê da ausência de escrúpulo dum ou outro ganancioso”.<sup>LVII</sup>

O problema da carestia de alimentos e da adulteração de remédios chegou a tal ponto que se fez necessária a adoção de alguma medida com urgência. Foi sob essas circunstâncias que o Executivo Municipal, ao que parece, viu-se pressionado a estabelecer a limitação dos preços dos alimentos; a carne a 1.200 réis o quilo, o leite a 500 réis o litro.<sup>LVIII</sup> Com a redução obrigatória dos custos de venda, acentuou-se, em via de mão dupla, o descaso concernente ao

desprovimento dos estabelecimentos, o que trazia sérios prejuízos aos consumidores. Mais uma vez, a pena mordaz de um redator d'*O Imparcial* apresentava, já no dia 18, uma matéria intitulada “Uma galinha por 5\$000!!!”, onde se lia: “o leite escasseou e uma galinha foi vendida hoje por 5\$000 réis, tornando assim quase impossível a aquisição pelos pobres”.<sup>LIX</sup>

Não se deve desconsiderar a atuação de instituições não governamentais na assistência aos gripados em Sergipe. Nessa perspectiva, a Loja Maçônica Cotinguiba, de Aracaju, investiu vigorosamente em um aparato médico que visava amparar os moradores da capital que haviam sido acometidos pela espanhola. Em que pese as medidas em prol do tratamento dos pobres, o prédio da sede da Loja foi adaptado, transformando-se em um hospital de campanha.

A 12 de novembro, *O Imparcial* anunciava que, para levar a cabo o atendimento aos enfermos que recorriam à Loja, a “(...) associação de fins elevados só pede o auxílio do fornecimento de algumas camas que podem ser cedidas das muitas que tem desocupadas o Asilo de Mendicidade [hoje Asilo Rio Branco]”.<sup>LX</sup> Em um anúncio divulgado no dia seguinte no *Correio de Aracajú*, o professor José de Alencar Cardoso, que fora iniciado na Maçonaria ainda em 1914, convocava profissionais de enfermagem para tratar dos doentes: “[A Maçonaria] contrata enfermeiros de ambos os sexos para assistência aos gripados por ela socorridos. Os candidatos devem se dirigir ao professor Alencar Cardoso”.<sup>LXI</sup>

Dias depois, em 21 de novembro, o *Estado de Sergipe* informava que, de acordo com uma relação detalhada “(...) que nos foi ontem mostrada, a humanitária e benemérita Loja Maçônica, desta capital, prestou socorros em 41 domicílios a 92 pessoas desvalidas acometidas de influenza espanhola”.<sup>LXII</sup> Os esforços empreendidos pela Cotinguiba seriam profícuos, uma vez que, cerca de três semanas mais tarde, precisamente no dia 15 de dezembro, informava-se no *Diário da Manhã* que o professor Alencar Cardoso dirigiu-se à Diretoria de Higiene e Saúde Pública e, em seguida, ao palacete onde residia o presidente Pereira Lobo, a fim de cientificar as autoridades sanitárias e o próprio governante a respeito da extinção da epidemia na zona sul da cidade, que, de acordo com a matéria, estava sob responsabilidade da Maçonaria.<sup>LXIII</sup>

Tratando-se do campo jornalístico, faz-se relevante reiterar que os órgãos de imprensa se posicionavam de maneiras distintas em face da epidemia de influenza. Conforme expusemos ainda no princípio, havia tanto jornais que reproduziam continuamente os métodos profiláticos para debelar a espanhola, quanto periódicos que, em contrapartida, traziam artigos revestidos de uma certa carga de negação à potencialidade dos efeitos da gripe, insinuando-se que não existiam razões concretas para que a sociedade temesse o flagelo.

Exemplos de posicionamentos contrastantes podem ser notados ao compararmos dois textos publicados em jornais da capital por ocasião das celebrações atinentes ao Dia de Finados. Na véspera do 2 de novembro, o *Estado de Sergipe* recordava aos fiéis que, a despeito da tradição de visitas ao cemitério em memória dos que partiram, era salutar que a população se abstinhasse de aglomerar-se no dia dos mortos em função da gripe espanhola: “a reunião deve ser evitada; trata-se dum caso de salvação pública e é mister que cumpramos esta medida, a fim de que não tenhamos mal maior a lamentar”.<sup>LXIV</sup> Já o *Correio de Aracajú*, por seu turno, publicou um texto de teor dramático em duas colunas inteiras, e assinado por um indivíduo de nome Cesário Martins, no qual se exortava os vivos a visitar aqueles que jaziam no campo santo, sem mencionar, em momento algum, as aglomerações: “Homens, à necrópole. (...) homens, ao cemitério! Pousai sobre essas campas algumas coroas de flores (...) Visitemo-la [a cidade dos mortos], já que sobre a noite do sepulcro vem raiando o dia de finados”.<sup>LXV</sup>

Vale pontuar que a negação deliberada da presença do morbo não foi particularidade de Aracaju. Como aponta Luiz Antonio Teixeira, reconhecer que a epidemia invadira as cidades brasileiras implicaria admitir a precariedade dos serviços sanitários e de saúde.<sup>LXVI</sup> Isto posto, revela-se uma importante motivação para a hesitação de autoridades e de alguns veículos de

imprensa de várias regiões do país em assumir publicamente que uma peste começara a grassar. Considerando-se que as epidemias representam a instauração de um período de “anomia” que tende a ocasionar uma ruptura do cotidiano social, era comum o esforço para evitar gerar reações psicológicas individuais e/ou coletivas na população, como o medo e o pânico. Buscava-se, ademais, esquivar-se da necessidade de encarar e enfrentar a enfermidade.

A respeito da postura de negação diante da proliferação de epidemias e da frequente recusa da imprensa e dos órgãos de saúde pública em admitir a existência de uma onda de contágio até que a doença não pudesse mais ser ignorada, Schwarcz; Starling explicam:

No começo, a peste é quase sempre recepcionada com grandes doses de “negação”. Encarar a verdade incontornável da nossa precariedade nem sempre é fácil – e é isso que a epidemia nos coloca diante dos olhos. As pessoas de início procuram obstinadamente não ver para escapar ao enfrentamento da onda ascendente do perigo. É um modo de tranquilizarem a si próprias. (...) quando a sociedade concorda em enxergar a enfermidade, significa que está ciente de uma situação amedrontadora. É chegada a hora, então, de enfrentar aquilo que a atemoriza, evitando ou resistindo.<sup>LXVII</sup>

Não por acaso, o *Correio de Aracajú* publicou, a 29 de outubro, um extenso texto jornalístico, reproduzido do periódico *Jornal do Commercio*, que descrevia o histórico de gripes com caráter epidêmico que grassaram desde meados do século XVIII. A finalidade era comprovar que, comparando-se o surto de influenza corrente com as epidemias anteriores, a gripe espanhola não representava um risco. Sugeria-se, aliás, que o temor da peste era infundado: “o espírito público está apreensivo com a atual epidemia de ‘influenza’, não havendo, entretanto, motivo para pânico [e] terror”. Algumas linhas adiante é que o propósito de negação ficava ainda mais explícito: “É sabido que nas crises epidêmicas o medo, indicativo de depressão nervosa, predispõe à moléstia”.<sup>LXVIII</sup> Haviam transcorrido apenas nove dias desde as primeiras notificações da espanhola no estado; o discurso acima logo cairia por terra.

Traçando-se um paralelo entre um cenário factual e a ficção literária, podemos evocar uma provocação suscitada pelo escritor português José de Sousa Saramago (1922-2010) para relacionarmos o contexto de crise epidêmica com as atitudes supraditas de negação e de negligência diante do surgimento de uma ameaça de vasta dimensão na sociedade. Na obra *As intermitências da morte* (2005), um dos personagens inominados da trama irônica e sarcástica na qual a *Morte* decide suspender as suas atividades declara: “A prudência só serve para adiar o inevitável, mais cedo ou mais tarde acaba por se render”.<sup>LXIX</sup>

Faz-se pertinente, neste ponto do artigo, citarmos duas obras clássicas da historiografia que problematizam temáticas relevantes para a compreensão de alguns dos impactos sociais resultantes da influenza espanhola. Referimo-nos a *O homem diante da morte* (1977), de Philippe Ariès, e à *História do medo no ocidente* (1978), de Jean Delumeau.

De acordo com Peter Burke, as análises historiográficas de Ariès e Delumeau, às quais aludimos, enquadram-se em um contexto de mudança de interesse por parte dos historiadores franceses, característica essa que, ao longo dos anos 1960 e 1970, configuraria a terceira geração da *Escola dos Annales*. Segundo Burke, foi nesse contexto no qual o itinerário de abordagem adotado por alguns intelectuais transferiu-se de uma base fundamentalmente econômica para a “superestrutura” cultural. Sobreviria a essa mudança de rota a consolidação paulatina do que se tornaria a “história das mentalidades”. Se, por um lado, foi Philippe Ariès quem despertou a atenção pública para o campo das mentalidades, Jean Delumeau, por seu turno, se notabilizaria pela aplicação da psico-história, na medida em que buscava correlacionar a historiografia com estudos psicanalíticos, em particular os que haviam sido elaborados por autores freudianos e neofreudianos.<sup>LXX</sup>



A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

Isto posto, nota-se que ambas as obras supramencionadas foram concebidas com a intenção de examinar os processos históricos concernentes à construção do imaginário social em diferentes épocas e lugares. Em consonância com essa proposição, Ariès e Delumeau se debruçam sobre dois elementos basilares, a morte e o medo, respectivamente, sendo que as suas contribuições nos auxiliam a interpretar algumas nuances do comportamento da sociedade diante do surgimento de uma ameaça letal como a epidemia de gripe espanhola de 1918.

Delumeau explica que o medo consiste em um componente elementar da experiência humana, a despeito dos esforços empreendidos com vistas a superá-lo. O autor argumenta que a necessidade de segurança se encontra na base da moral e da afetividade humanas, sendo que, em sentido figurado, a *insegurança* representa a morte enquanto a *segurança* consiste em um símbolo da vida. Seja individual ou coletivo, o medo se trata de um mecanismo de defesa que possibilita ao indivíduo esquivar-se da ameaça da morte. O historiador esclarece, ademais, que o medo se manifesta desde os povos “primitivos” até os tempos da contemporaneidade.<sup>LXXI</sup>

Acerca dos episódios de pânico coletivo que se apresentavam de forma intermitente na sociedade, especificamente em épocas de proliferação de doenças pestilenciais, Delumeau assinala que “(...) o medo legítimo da peste levava a retardar pelo maior tempo possível o momento em que seria encarada de frente. Médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Tranquilizando as populações, tranquilizavam-se por sua vez”.<sup>LXXII</sup> A ideia exposta pelo autor evidencia, portanto, um aspecto que parece comum a diferentes contextos epidêmicos no transcurso da história, a já citada negação do potencial de letalidade dos males contagiosos, que tornaria a suceder ainda no século XX durante o surto de influenza espanhola.

Para Delumeau, o medo, a princípio, induz a população a evitar nomear o flagelo, em função do receio de atraí-lo; cedo ou tarde, porém, chega a hora em que não mais adianta furtar-se à sua presença e, então, o estado de pânico se instaura em caráter de coletividade.<sup>LXXIII</sup>

A peste é, sem nenhuma dúvida, entre todas as calamidades desta vida, a mais cruel e verdadeiramente mais atroz. É com grande razão que é chamada por antonomásia de *o Mal*. Pois não há sobre a terra nenhum mal que seja comparável e semelhante à peste. Desde que se acende num reino ou numa república esse fogo violento e impetuoso, veem-se os magistrados atordoados, as populações apavoradas, o governo político desarticulado. (...) tudo fica reduzido a uma extrema confusão. Tudo é ruína. Pois tudo é atingido e revirado pelo peso e pela grandeza de uma calamidade tão horrível. (...) aqueles que ontem enterravam, hoje são enterrados e, por vezes, por cima dos mortos que na véspera haviam posto na terra.<sup>LXXIV</sup>

Com base na exposição de tais considerações de Delumeau sobre o medo das pestes, retomemos a discussão respeitante ao panorama da epidemia de influenza no âmbito local. Em um excerto de um texto já citado, redigido por Cesário Martins para o *Correio de Aracajú* da véspera do Dia de Finados, conjurava-se portentosamente a imagem da morte e dos mortos, concebendo-se um aparato de dramaticidade em torno da celebração da data:

Os que ainda ontem vinham sentar-se a nosso lado e recrear-nos com suas palavras amigas, desfilam pela treva como uma visão sinistra (...), é a maldição dos mortos a transbordar do sepulcro (...) são os nossos irmãos defuntos, que de vez em quando, no chorar dos sinos, parecem implorar de nós a esmola duma prece (...) O sepulcro é o pórtico desse pesado edifício, cujas portas se vão a cerrar para sempre. Muitos dos nossos amigos já dobraram o limiar. Lá dormem sob os ciprestes que os ensombram, sem mais barulho que o soluçar das brisas e o cavar monótono do coveiro que desdobra a cama para outro dos nossos irmãos. Mortos, dormi, dormi, e que a terra vos seja leve.<sup>LXXV</sup>



Conforme conjecturamos, evocar alegorias ou abstrações acerca da morte em tempos de surto epidêmico potencializava o sentimento de medo que desde a chegada da moléstia já se manifestava na sociedade. Além disso, a curva ascendente de contaminações e, sobretudo, o tom sensacionalista da imprensa, corroboravam para a instauração de uma espécie de terror que a cada dia se amplificava, resultando na ocorrência de episódios nefastos, a exemplo de casos de loucura que não raro evoluíam para a perpetração de atos suicidas. Uma nota discreta do *Diário da Manhã* do dia 1º de dezembro comunicava que um indivíduo, residente “À rua do Socorro desta cidade (...) foi este encontrado morto por asfixia. O suicida estava atacado de gripe, e de dias já apresentava sintomas de loucura”.<sup>LXXVI</sup>

O mesmo jornal, na edição do dia 11 de dezembro, trazia uma matéria encimada pelo título jocoso “Há males que vêm para o bem”, na qual se contava o caso de um sujeito, morador à rua do Bomfim, nº 22, que teria perdido a sanidade após adoecer de influenza, vindo a retomar o domínio das faculdades mentais logo ao recuperar-se da enfermidade: “(...) de louco furioso que era, preso a uma corrente, depois do acesso de ‘influenza’, por motivo do qual estivera entre a vida e a morte, voltou ao uso da razão. (...) bendita *bailarina* para este”.<sup>LXXVII</sup>

Eis, então, que surge na imprensa sergipana um neologismo para designar o temor generalizado da espanhola: “Influenzafobia”. Em 30 de outubro, o *Diário da Manhã* transcrevia um texto de autoria do dr. Plácido Barbosa, no qual se descrevia a tensão que havia se instalado em meio à população por causa da propagação da peste: “(...) há um estado de pânico, uma Influenzafobia, que devem ser combatidos, por prejudiciais aos doentes, aos sãos e às atividades necessárias. A desordem dos espíritos gera a desordem das coisas”. Mesmo alegando que não intencionava minimizar a influenza, o médico argumentava que a gravidade da epidemia não residia na sua mortalidade – que, como afirmava, era moderada –, e sim “(...) no fato de prostrar populações inteiras (...) desorganizando todos os serviços, causando sofrimento a todos”. Após a exposição da sua tese, o doutor arrematava: “esse pânico que observamos na cidade é uma loucura coletiva (...)”, e rogava ao povo: “um pouco de calma, um pouco de juízo”.<sup>LXXVIII</sup>

Perante a arbitrariedade da substituição de comportamentos sociais no cenário de crise epidêmica, torna-se evidente um fenômeno reportado por Philippe Ariès, a supressão do luto na contemporaneidade. Segundo o historiador francês, a postura da sociedade no que se refere à manifestação do luto sofreu uma transformação célere entre os séculos XIX e XX; se outrora o sentimento individual era vivenciado em coletividade, passou-se a crer que a expressão do luto representava uma crise de nervos, devendo, portanto, ser reprimida, como se as lágrimas do sujeito enlutado se equiparassem às excreções de uma doença mórbida.<sup>LXXIX</sup> Considerando-se um panorama epidêmico no qual a moléstia grassa descomedida, debilitando a saúde de uns e ceifando a vida de outros no cotidiano frenético do surto, o luto tende a ser friamente superado com maior brevidade, como se igualmente fosse uma enfermidade a ser combatida.

É bem evidente que a supressão do luto não se deve à frivolidade dos sobreviventes, mas a um constrangimento impiedoso da sociedade; esta recusa-se a participar da emoção do enlutado: maneira de recusar, de fato, a presença da morte, mesmo que se admita, em princípio, sua realidade. (...) A crise de lágrimas transforma-se em crise de nervos. O luto é uma doença. Aquele que o demonstra prova fraqueza de caráter. (...) O período de luto já não é o do silêncio do enlutado no meio de um ambiente solícito e indiscreto, mas do silêncio do próprio ambiente: o telefone deixa de tocar, as pessoas o evitam. O enlutado fica isolado em quarentena”.<sup>LXXX</sup>

Em meados de novembro, na semana das comemorações respeitantes à Proclamação da República, os jornais começaram a comunicar o declínio da epidemia. Mas, contrariando as expectativas promissoras, a quantidade de registros de casos na cidade logo tornou a ascender. Daí em diante, é possível constatar uma curva oscilante de contágio que perduraria até o início

do mês de dezembro, momento no qual a imprensa enfim passou a noticiar com maior segurança e propriedade a aparente extinção da moléstia. Progressivamente, as menções à gripe espanhola, que outrora sobejaram, eventualmente preenchendo páginas completas, escassearam-se, sendo que algumas edições nem sequer apresentavam mais referências à espanhola. Ainda assim, nas publicações do mês de janeiro de 1919 existem algumas alusões esparsas à ocorrência de novos casos, mas em proporção consideravelmente inferior e com letalidade também reduzida. Com a chegada de fevereiro, não mais notamos a presença de notícias concernentes à epidemia, o que nos leva a crer que, a essa altura, a cidade já se encontrava, de fato, livre da doença.

É de indelével importância assinalar que, a partir da análise das matérias publicadas nos jornais consultados, não existe condições de se estabelecer um panorama descritivo acerca dos enterramentos das vítimas de influenza em cemitérios de Aracaju, o que se deve à escassez de menções à logística de sepultamentos das pessoas que padeceram em decorrência da doença. As exceções se referem, *grosso modo*, a homens e mulheres ilustres, cujos ritos fúnebres eram amplamente divulgados, ainda assim com parco detalhamento. Pelo que se nota, preconizava-se comunicar os registros de casos e falecimentos, não as práticas funerárias subsequentes.

À luz do que se expôs no presente trabalho de pesquisa, evoquemos uma obra clássica da literatura ficcional, que, tendo sido escrita em plena epidemia de peste bubônica que grassou na Europa na Baixa Idade Média, demonstra que o comportamento social da modernidade por vezes reflete posturas e atitudes de um passado a um só tempo distante e tão próximo da gripe espanhola e de outras doenças pestilenciais que o mundo enfrentou e segue enfrentando.

No *Decameron* (1348-1353), o italiano Giovanni Boccaccio (1313-1375) já atentava, quase premonitoriamente, não somente para o advento do terror ante o alastramento das moléstias, mas, também, para a impotência do homem perante o seu enfrentamento: “entre tanta aflição e tanta miséria de nossa cidade, a reverenda autoridade das leis, quer divinas, quer humanas, desmoronara e dissolvera-se”.<sup>LXXXI</sup> Seis séculos mais tarde, e a despeito dos avanços científicos logrados no decurso da história, parece-nos que as palavras de Giovanni Boccaccio, embora se refiram a seu tempo, muito revelam sobre o nosso.

### **Considerações finais**

Ao debruçarmo-nos sobre a análise dos impactos da gripe espanhola sobre a sociedade aracajuana no decurso do surto epidêmico, discutimos algumas problemáticas relevantes acerca daquele contexto. Dentre os elementos que compuseram a abordagem apresentada, destacou-se a ineficácia dos órgãos de saúde da capital e do estado diante do enfrentamento à propagação da influenza, a precariedade dos serviços médico-hospitalares para o atendimento da população pobre da cidade, além do fato de a insalubridade urbana ter sido um fator crucial para que a moléstia grassasse de modo pungente, espraiando-se com celeridade para outros municípios.

Apresentamos a tese da “ilusão democrática” da doença, que comumente ditava o tom dos discursos do poder público e da imprensa, não somente em Aracaju, como em outras regiões do Brasil, com vistas a postular a ideia de que o morbo acometia igualmente a todos os cidadãos, sem distinção de classe. Em que pese a postura do governo do estado ante a epidemia, buscou-se compreender a atitude de negação à moléstia e subestimação das suas consequências, comportamentos estes manifestados por parte das autoridades políticas e sanitárias.

Ressaltamos que um dos elementos basilares para o entendimento da dinâmica da crise epidêmica decorrente da influenza consistiu na inexistência de métodos comprovadamente eficientes para prevenir ou tratar a gripe, o que induzia a população a lançar mão de uma sorte

de tratamentos inadequados e medidas profiláticas improvisadas, não raro recomendadas por profissionais de medicina, sendo divulgadas com regularidade nas páginas dos jornais.

Expusemos, por fim, determinados aspectos relativos à constituição de um imaginário social em torno da doença. Nessa perspectiva, investigamos a evocação da morte e dos mortos em textos publicados em periódicos locais, examinando, também, a presença do medo em meio à população, o qual fomentou uma série de reações individuais e coletivas, como casos de loucura e práticas suicidas, principalmente durante a fase de maior intensidade da epidemia.

A presente pesquisa representa, em suma, uma contribuição modesta para os estudos atinentes à gripe espanhola e a outras enfermidades pestilenciais que irromperam em Sergipe no passado, no que se inclui os seus efeitos e desdobramentos no âmbito social. Investigações doravante empreendidas decerto complementarão as discussões aqui tecidas e sanarão lacunas porventura remanescentes, lançando nova luz sobre o que nestas linhas se esquadrinhou.

## Notas

<sup>I</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<sup>II</sup> “Situação angustiada”, *O Imparcial*, 13/11/1918, p. 1. Esta e todas as outras citações de jornais se encontram aqui transcritas conforme o Acordo Ortográfico atualmente vigente.

<sup>III</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 (p. 19).

<sup>IV</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (p. 29).

<sup>V</sup> *Ibidem*, pp. 44-5.

<sup>VI</sup> *Ibidem*, pp. 101-2.

<sup>VII</sup> *Ibidem*, pp. 120-1.

<sup>VIII</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (pp. 22-3).

<sup>IX</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2001.

<sup>X</sup> CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; MOTA, André; PIMENTA, Tânia Salgado (org.). *No rastro das províncias* [recurso eletrônico]: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019 (p. 455). Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11664>. Acesso em: 17 de out. 2023.

<sup>XI</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2.<sup>a</sup> Ed. (Edição de 30 anos revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2022 (pp. 344-5).

<sup>XII</sup> *Ibidem*, pp. 341-50.

<sup>XIII</sup> *Ibidem*, pp. 65; 100-3; 128; 341-2.

<sup>XIV</sup> SOBRINHO, Sebrão. *Laudas da História do Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955 (pp. 380-5).

<sup>XV</sup> REIS, João José. *Op. cit.*, pp. 368-9.

<sup>XVI</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *Op. cit.*

<sup>XVII</sup> *Ibidem*.

<sup>XVIII</sup> PORTO, Fernando Figueiredo. *A cidade do Aracaju – 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2.<sup>a</sup> Ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991.

<sup>XIX</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *Op. cit.*

<sup>XX</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>XXI</sup> *Ibidem*, pp. 38-9.

<sup>XXII</sup> BERTOLLI FILHO, Claudio; PORTA, Paula (coord.). *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade* (Coleção São Paulo; n° 5). São Paulo: Paz e Terra, 2003 (p. 76).

<sup>XXIII</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>XXIV</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>XXV</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>XXVI</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Op. cit.*, p. 45.

A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

- XXVII SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. In: *Ponta de Lança*, ano 4, pp. 45-53, abr./out. 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1685>. Acesso em: 20 de set. 2023.
- XXVIII “A influenza espanhola”, *Diario da Manhã*, 12/11/1918, p. 1.
- XXIX “A influenza espanhola”, *Diario da Manhã*, 13/11/1918, p. 1.
- XXX “O Presidente do Estado solicitou o crédito de 100 contos”, *O Imparcial*, 13/11/1918, p. 1.
- XXXI “A influenza espanhola”, *Diario da Manhã*, 22/10/1918, p. 2.
- XXXII BERTOLLI FILHO, Claudio; PORTA, Paula (coord.). Op. cit., pp. 89-94.
- XXXIII SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Op. cit., pp. 301-3.
- XXXIV “Assistência e alimentação”, *O Imparcial*, 12/11/1918, p. 1.
- XXXV BERTOLLI FILHO, Claudio; PORTA, Paula (coord.). Op. cit., p. 90.
- XXXVI TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918* (Série Estudos em Saúde Coletiva; n° 59). Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993 (p. 3).
- XXXVII “Necrologia”, *Correio de Aracajú*, 12/11/1918, p. 2.
- XXXVIII “D. Anna Ferraz”, *O Imparcial*, 18/11/1918, p. 2.
- XXXIX “Telegramas”, *Estado de Sergipe*, 29/10/1918, p. 4.
- XL “Telegramas”, *Correio de Aracajú*, 30/10/1918, p. 2.
- XLI “Telegramas”, *Diario da Manhã*, 17/01/1919, p. 2.
- XLII “Nota fornecida pela Diretoria de Higiene e Saúde Pública em 29 de outubro de 1918”, *Estado de Sergipe*, 30/10/1918, p. 4.
- XLIII “A influenza em Aracaju já fechou duas fábricas”, *O Imparcial*, 11/11/1918, p. 1.
- XLIV “Notas e fatos – A Influenza”, *Correio de Aracajú*, 27/11/1918, p. 1.
- XLV “A influenza espanhola”, *Diario da Manhã*, 27/11/1918, p. 1.
- XLVI “O ‘Correio de Aracajú’”, *O Imparcial*, 16/11/1918, p. 2.
- XLVII “A gripe na imprensa”, *Diario da Manhã*, 23/11/1918, p. 2.
- XLVIII “Aos nossos assinantes”, *Diario da Manhã*, 26/11/1918, p. 1.
- XLIX “Ao público”, *Correio de Aracajú*, 26/11/1918, p. 1.
- L “O Imparcial”, *Correio de Aracajú*, 10/12/1918, p. 1.
- LI SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Op. cit., p. 85.
- LII *Ibidem*, pp. 138-9.
- LIII “O primeiro médico brasileiro que tratou da ‘influenza espanhola’”, *Diario da Manhã*, 24/10/1918, p. 2.
- LIV “Preventivos contra a ‘influenza espanhola’”, *Estado de Sergipe*, 27/10/1918, p. 3.
- LV *Diario da Manhã*, 21/11/1918, p. 1.
- LVI “O leite”, *O Imparcial*, 12/11/1918, p. 1.
- LVII “Os pobres sem leite e com medicamentos adulterados”, *O Imparcial*, 12/11/1918, p. 1.
- LVIII “O leite”, *O Imparcial*, 16/11/1918, p. 2.
- LIX “Uma galinha por 5\$000!!!”, *O Imparcial*, 18/11/1918, p. 2.
- LX “Pela ‘influenza’ – A maçonaria acode aos pobres”, *O Imparcial*, 12/11/1918, p. 1.
- LXI “A Maçonaria”, *Correio de Aracaju*, 13/11/1918, p. 2.
- LXII “Socorros prestados pela Loja Cotinguiba”, *Estado de Sergipe*, 21/11/1918, p. 3.
- LXIII “A influenza espanhola”, *Diario da Manhã*, 15/12/1918, p. 2.
- LXIV “O dia dos mortos”, *Estado de Sergipe*, 1/11/1918, p. 3.
- LXV “Os Mortos”, *Correio de Aracajú*, 1/11/1918, p. 1.
- LXVI TEIXEIRA, Luiz Antonio. Op. cit., pp. 10-1.
- LXVII SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Op. cit., pp. 46-7.
- LXVIII “Influenza espanhola – Meios preventivos”, *Correio de Aracajú*, 29/10/1918, p. 1.
- LXIX SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 (p. 194).
- LXX BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. 2.ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010 (pp. 91-7).
- LXXI DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (pp. 23-31).
- LXXII *Ibidem*, p. 170.
- LXXIII *Ibidem*, p. 172.
- LXXIV *Ibidem*, p. 176 (grifo do autor).
- LXXV “Os Mortos”, *Correio de Aracajú*, 1/11/1918, p. 1.
- LXXVI “Suicídio”, *Diario da Manhã*, 1/12/1918, p. 1. Por razões éticas, optamos por não mencionar o nome da vítima.
- LXXVII “Nem todo mal é mal, ou antes, há males que vêm para o bem”, *Diario da Manhã*, 11/12/1918, p. 1.

A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

---

LXXVIII “Influenzafobia”, *Diario da Manhã*, 30/10/1918, p. 2.

LXXIX ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Vols. 1 e 2. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1989 (pp. 633-6).

LXXX Ibidem, p. 633.

LXXXI BOCCACCIO, Giovanni. *Decamerão*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1981 (p. 13).

## Fontes

### Jornais

Correio de Aracajú – 1918;

Diario da Manhã – 1918, 1919;

Estado de Sergipe – 1918;

O Imparcial – 1918, 1919.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Vols. 1 e 2. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1989.

BERTOLLI FILHO, Claudio; PORTA, Paula (coord.). *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade* (Coleção São Paulo; nº 5). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decamerão*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; MOTA, André; PIMENTA, Tânia Salgado (org.). *No rastro das províncias* [recurso eletrônico]: as epidemias no Brasil oitocentista. Vitória: EDUFES, 2019 (450-76). Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11664>. Acesso em: 17 de out. 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PORTO, Fernando Figueiredo. *A cidade do Aracaju – 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2.<sup>a</sup> Ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2.<sup>a</sup> Ed. (Edição de 30 anos revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



A GRIPE ESPANHOLA EM ARACAJU: SOCIEDADE, IMPRENSA E PODER PÚBLICO NO  
CONTEXTO DE PROGRESSÃO DA INFLUENZA (1918-1919)

SANTOS, M. H. S.

---

SANTANA, Antônio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2001.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. 2.<sup>a</sup>ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil; 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (pp. 7-48).

SOBRINHO, Sebrão. *Laudas da História do Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. In: *Ponta de Lança*, ano 4, pp. 45-53, abr./out. 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1685>. Acesso em: 20 de set. 2023.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918* (Série Estudos em Saúde Coletiva; n° 59). Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.